

**CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA
DO MÉDIO DAOMÉ:
O REINO IORUBÁ DE KETU
(2ª PARTE)***

Edouard Dunglas

**CAPÍTULO 3
OS MINISTROS. ELEIÇÃO E ENTRONIZAÇÃO DO REI
– O EUNUCO *ONI-OJA*,
GUARDIÃO DO MERCADO PEQUENO**

Desde as origens, os reis de Ketu foram nomeados por eleição. No início, o colégio eleitoral era formado pelos chefes das principais famílias que haviam acompanhado o rei Edé na sua migração para o oeste. O número destas famílias aumentou rapidamente, tanto pela chegada tardia de algumas delas, que haviam até então permanecido no reino de Ifé, como pela assimilação, por motivos de conveniência política das famílias de raça puramente iorubá. Tornou-se logo necessário remanejar o colégio eleitoral que, doravante, passou a ser composto somente pelos chefes das antigas famílias que haviam, no passado, integrado o conselho do rei.

* Tradução do francês de Claude Lépine. Edouard Dunglas publicou “Contribution à l’histoire du Moyen Dahomey”, entre 1957 e 1958, nos números 19, 20 e 21 de *Etudes Dahoméennes*, revista do IFAN (Instituto Francês da África Negra), editada em Porto Novo (atual República do Benim). A história do reino de Ketu consta de quatro capítulos, publicados no primeiro número: “Contribution à l’histoire du Moyen Dahomey (royaumes d’Abomey, de Ketou et de Ouidah)”, *Etudes Dahoméennes*, n° 19 (1957), pp. 11-71. Na edição n° 37 (2007), *Afro-Ásia* publicou os dois primeiros capítulos da série e, nesta edição, publica os capítulos 3 e 4. Optamos por respeitar o estilo original na citação de referências bibliográficas, mas adaptamos os etnônimos, topônimos e títulos iorubás à grafia portuguesa e, quando necessário, introduzimos notas adicionais, devidamente sinalizadas.

Em Ketu, dá-se hoje o nome de ministros aos membros do conselho do rei. Em outras cidades iorubás, são chamados *ogbonis*. Em Ketu, denominam-se *oloyés*, o que significa “os do alto escalão” (possuidores de títulos). Não chamavam, em Veneza, os membros do grande conselho de “os magníficos”?

Os *oloyés* são nomeados pelo rei, que os escolhe entre os chefes das principais famílias; seu número é variável: chegou a uns sessenta, na época em que o reino de Ketu, em plena prosperidade, não tinha ainda entrado em choque com o reino de Abomé, seu futuro rival. Hoje, só restam uns vinte. Esta distinção era bastante cobiçada antigamente, e reis precavidos conseguiram desarmar alguns notáveis, hostis ou rebeldes, dando-lhes o título de *oloyé*, que lhes abria a porta do conselho. Foi assim que agiu o rei Ajibulu, no início do século XIX, em relação a Ogu Odubu, personagem turbulenta, originária de Idanhim.

O título de *oloyé* é dado a todos os conselheiros do rei, mas alguns dentre eles possuem um nome específico, atribuições mais claramente definidas e distintas.

O primeiro ministro, verdadeiro presidente do conselho, é o *essaba*, ou *assaba*, o protetor. Ele tem precedência sobre todos os outros conselheiros e é o primeiro a usar a palavra no conselho.

O segundo ministro é o *essiki* (ou *erissiki*), vice-presidente. Ele assiste o *essaba* e o substitui em caso de doença ou de impedimento momentâneo.

O *elegba* é o terceiro ministro; suas atribuições são, sobretudo, de ordem religiosa. Dirige o culto dos espíritos venerados pelo *alaketu*, em particular o do espírito Ogun, simbolizado por uma pedra sagrada, verdadeiro bétilo trazido em tempos antigos do Iêmen. Esta relíquia de valor inestimável, única lembrança dos tempos antigos, fora trazida de Ilé-Ifé por Isa Ipanan, e o rei Edé a teria enterrado num lugar secreto do bairro de Ijiba. Enfim, o ministro *elegba* cuida igualmente do culto prestado ao espírito Exu, protetor das rainhas.

Depois destes três ministros, seguem-se:

4) o ministro *alalumon*, encarregado de personificar o célebre caçador que conduziu o rei Edé até Ketu. Por ocasião da morte do rei,

depois que todos os fogos da cidade foram apagados, este ministro vai buscar o fogo novo em Kpanku, como fez antigamente o caçador Alalumon. E, quando das cerimônias de entronização do rei, é ele ainda que ocupa, substituindo o monarca, a casa dita de Alalumon, construída perto do lendário iroko;

5) o ministro *era* está encarregado, além de suas atribuições especiais de conselheiro do rei, de representá-lo na casa ritual chamada *ilé-era*, no momento de sua entrada solene na cidade de Ketu. Nesta casa, situada perto da porta de Idena, o rei passa a noite e o ministro *era* o inicia em certos segredos. Ele lhe confere em particular o temível poder de realizar certos desejos, pronunciados em voz alta. Por exemplo, *oku*, a saudação habitual (bom dia), pode igualmente significar “ele está morto”, ou “que morra”. Doravante, o rei não poderá mais responder *oku* às pessoas que o saúdam, pois esta palavra, pronunciada pelo rei, está agora dotada de uma eficácia misteriosa e acarretaria fatalmente a morte da pessoa à qual fosse dirigida.

Por causa deste perigoso poder é que a etiqueta tem previsto os diversos modos de saudação do rei. Se o *alaketu* está só e se encontra, portanto, na obrigação de responder pessoalmente a uma saudação, diz *ofo ré* (você falou certo), se ele se dirige a um dignitário.

Contenta-se com a interjeição *ho* para mostrar a um homem comum que ele ouviu sua saudação. Se o rei está acompanhado por uma comitiva, ele não fala; um dignitário, ou melhor, um *oloyé* responde em seu lugar: *oba nika ki ni* (o rei encarregou-me de saudar-te). Se a pessoa prosternou-se diante do rei, o *oloyé* então lhe diz: *obá níké di dé* (o rei te convida a levantar-te);

6) o ministro *ijumo-Ketu*. Como o ministro *era*, na casa ritual *ilé-era*, representa o rei na casa *ijumo*, no decorrer das cerimônias da entronização. Uma das funções que o *ijumo-Ketu* exerce consiste em fazer-se admitir em todas as sociedades da cidade para ser nelas o “olho do rei”. Este ministro ainda faz parte do conselho secreto, constituído pelo *essaba* e dois ou três *oloyés*, e trata dos assuntos muito confidenciais. O conselho secreto designa o indivíduo do qual se pretende fazer o *oni-oja*, o eunuco sagrado, guardião do Mercado Pequeno; 7) o ministro *ajina*. Suas funções não estão claramente definidas; ele serve de

assistente ao *essaba* que, por vezes, lhe confia alguma missão. Assinale-se, entretanto, que ele assiste a todas as cerimônias privadas do pacto de sangue e leva um relatório ao rei;

8) o ministro *olu malé*. Como diz o seu nome, ele é “chefe dos muçulmanos”; figura no conselho do rei como “diretor dos assuntos muçulmanos”;

9) o ministro *igara (oga era)*, chefe dos feiticeiros. Nos primeiros tempos do reino de Ketu, era escolhido entre as pessoas que se dedicavam à magia e às ciências ocultas. Era, então, o feiticeiro do rei, como Michel de Notre-Dame, dito Nostradamus, e Cosimo Ruggieri foram os adivinhos e os astrólogos de Catarina de Médicis.

Mais tarde, o modo de recrutamento e as atribuições do *igara* foram seriamente modificados. O rei escolhe o *igara* entre o mais hábil dos chefes de bandos de ladrões e confia-lhe as funções de diretor da polícia. Todos os dias, o *igara* deve fazer um relatório secreto ao *essaba* sobre os acontecimentos importantes da véspera e da noite;

10) o ministro *essa-Ketu*. Ele vigia o Grande Mercado, que ocorre a cada quatro dias, na praça, perto da porta de Idena;

11) o ministro *ala-essaba*. É um dos adjuntos do *essaba*.

Os demais conselheiros não possuem títulos especiais nem funções particulares. É preciso mencionar, no entanto, a presença, no conselho, dos chefes das famílias Akiniko e Ajahossu, famílias de raça fon que o rei Edé tinha encontrado já estabelecidas nas terras de Ketu e que, mais tarde, foram completamente assimiladas pelos iorubas, dos quais adotaram a língua. Estes dois chefes de família usam ainda o nome de seu antepassado epónimo, Akiniko e Ajahossu e, para eles, a dignidade de *oloyé* é hereditária.

Uma vez por semana, no dia chamado *assena*, que é, aliás, para os homens comuns, o dia *jima*, sexta-feira, dia de festa dos muçulmanos, o conselho se reúne. Os *oloyés*, que levantaram de manhã cedo, vestidos com suas roupas de cerimônia, se dirigem em primeiro lugar para a casa do *essaba*. Depois das saudações usuais, aguardam um momento pela chegada dos retardatários e, com a bengala na mão e precedidos pelo *essaba*, se dirigem em procissão para o palácio de Afin, residência real.

O chefe da guarda os recebe, na entrada, e os leva ao vasto pátio para o qual dão os apartamentos reais. Na varanda, o *alaketu*, avisado, os aguarda. Ele repousa sobre almofadas, isoladas do chão por um grande pano, que serve de tapete. Por cima de sua cabeça, amarrados por fios de algodão aos bambus do vigamento do telhado, balançam alguns talismãs mais ou menos empoeirados, folhas de papel amarelado pelo tempo, sobre as quais estão traçados versículos do Corão e figuras cabalísticas. O rei não é muçulmano, mas, apesar de tudo, tais talismãs não poderiam possuir alguma eficácia?

Por educação, os *oloyés* deixam suas bengalas na entrada do palácio, diante do corpo de guarda. Eles chegam à frente do rei, prosternam-se protocolarmente e aproximam-se dele.

O *essaba* – o protetor – senta-se no chão (não sobre as almofadas), à direita do rei; os demais *oloyés* fazem a mesma coisa, porém à respeitosa distância. O *essaba*, então, faz o seu relato dos acontecimentos ocorridos desde a última reunião do conselho. Em seguida, aborda as questões em curso; o rei responde e, rapidamente, a discussão se torna geral. Em caso de urgência, o conselho pode reunir-se num dia diferente do de *assena*. O *essaba*, então, manda uma convocação especial aos *oloyés*.

O assunto mais importante que possa ser submetido ao conselho é a eleição de um novo rei. O *essaba* manda avisar a este respeito os *oloyés* e, no vigésimo primeiro dia após a inumação do falecido monarca, o conselho completo se reúne na casa do *essaba*.

Na medida do possível, aplicam-se certas regras cheias de sabedoria, ditadas pela experiência das eleições anteriores e cuja observação prudente previne um bom número de dificuldades e evita futuros conflitos.

Em primeiro lugar, o novo rei é obrigatoriamente escolhido numa família real descendente da dinastia de Ilé-Ifè. Antigamente, havia nove famílias reais; hoje, só restam cinco; as outras quatro extinguíram-se. Todas as cinco famílias, cada uma por sua vez, têm, sucessivamente, a honra de fornecer o novo soberano

Em seguida à eleição, realiza-se, por unanimidade, a persuasão, sendo o único meio de convencer os oponentes. O novo rei tem, portan-

to, a certeza de que encontrará um conselho constituído exclusivamente de partidários seus.

Enfim, procura-se escolher, como rei, um príncipe que não tenha vivido, ou vivido pouco, em Ketu e, portanto, estranho às brigas e às rivalidades locais. O novo rei, assim, não terá nenhum inimigo pessoal na sua capital, sábia precaução.

A escolha tendo sido feita por unanimidade, o nome do eleito é mantido secreto. O *essaba* escolhe um dos seus adjuntos, ligado ao chefe da família, cuja vez de dar um rei a Ketu chegou, para comunicar-lhe discretamente o nome do príncipe que foi designado pelo conselho. Se o eleito não estiver presente em Ketu, o chefe da família o manda buscar com urgência, sob um pretexto qualquer.

Enfim, o futuro rei está em Ketu, ignorando, ou fingindo ignorar sua nova situação.

Ao cair da noite o *essaba*, escoltado dos principais ministros, é conduzido, em cortejo oficial, para a casa do chefe da família real interessada e, após as saudações e as congratulações recíprocas, declara com gravidade: “nós viemos buscar um rei”.

O chefe de família parece refletir por um momento e, indo buscar o príncipe, já secretamente designado, o apresenta ao *essaba* e aos *oloyés*, dizendo: “eis o rei que vós pedis”. Imediatamente, todas as pessoas reunidas se prosternam diante do novo rei que, doravante, assume o título de *oba*, “rei”.

Nisto, os *oloyés* reconduzem o *essaba* e depois se separam, anunciando a toda a cidade a notícia da eleição e proclamando o nome do eleito. A notícia, assim tornada pública, é acolhida por vociferações e insultos, às vezes extremamente grosseiros, proferidos contra o rei. Inclusive, fazem de conta que atiram pedras na direção da moradia do novo monarca. Todo o rancor que cada um pode ter guardado contra o rei precisa ser dito, sem medo e sem constrangimento. Esta licença extraordinária e temporária (só dura uma hora ou duas, o tempo de ficar com extinção de voz) é feita para permitir aos futuros súditos aliviar sua consciência e exteriorizar, de uma vez por todas, os maus pensamentos que podiam alimentar contra o príncipe que acaba de ser eleito

Depois deste concerto geral de insultos e de maldições, a calma renasce na cidade. Doravante, não será mais permitido, sob pena de crime de lesa-majestade, pronunciar uma só palavra incorreta contra o soberano.

No dia seguinte, na casa do *essaba*, na presença do rei, há uma reunião do conselho secreto e uma consulta ritual ao oráculo, vindo de Ifê Fa, cujos arcanos são desvendados por um babalaô de renome. Fa anuncia como será o reinado novo e, até, por uma comunicação ultra-secreta, feita pelo erudito ocultista ao rei exclusivamente, qual será exatamente a duração do reinado que começa. É regra as respostas de Fa serem favoráveis; em caso contrário, o efeito das predições ameaçadoras seria conjurado por sacrifícios apropriados, cujos detalhes, cerimonial e preço serão fornecidos pelo adivinho oficial.

Nas semanas que seguem, a tarefa do conselho é apaziguar definitivamente todas as inimizades pessoais que poderiam subsistir entre o *alaketu* e os simples particulares. Por exemplo, as mulheres que o novo monarca havia raptado no passado, são obrigatoriamente devolvidas a seus maridos legítimos.

Todos os assuntos privados do rei são resolvidos, de uma vez por todas, num espírito de ampla conciliação. Todas as suas dívidas são pagas e, se for necessário, busca-se dinheiro no tesouro do precedente *alaketu*.

No dia favorável anunciado pelo oráculo Fa, o rei, acompanhado de seus ministros e *oloyés*, e seguido por uma multidão de curiosos, dirige-se em primeiro lugar para a aldeia de Idofa (na Nigéria), fundada no passado pelo príncipe Idofa, o irmão mais novo do caçador Alalumon.

Note-se que, durante quase uma semana, a fronteira franco-inglesa, traçada em 1896 pelo capitão James Plè e o segundo-tenente da Marinha Brisson, representando a França, e os Srs. Fuller e Fowler, representando a Inglaterra, seguindo a direção geral do meridiano da enseada de Ajara (0° 26' 41" E. Paris, ou 2° 46' 55" E. Greenwich), será atravessada pelo cortejo oficial, na ida e na volta, como se não existisse.

Em Idofa o monarca faz suas devoções ao espírito Iko, venerado nesta localidade, e espalha libações de óleo de palma diante do seu

altar. Procede-se em seguida a vários sacrifícios de cabritos e frangos. Estas primeiras cerimônias duram dois dias.

O rei, dando continuidade à sua peregrinação, transporta-se para Meko (Mekaw, dos mapas da Nigéria), importante cidade quase equivalente a Ketu. O primeiro dia é consagrado ao espírito Ogoni: mesmas libações, sacrifícios e oferendas de alimentos que em Idofa.

No dia seguinte, pela noite, visita e devoções diversas no templo do espírito Babá Yaki. A presença das mulheres nas cerimônias é proibida por causa da exibição secreta do *ise*, do bosque do espírito Oro. Este objeto não é outra coisa senão o rombo bem conhecido dos antropólogos: é uma pequena régua achatada, de madeira dura, amarrada numa de suas extremidades a um barbante, e que emite um som grave, algo misterioso, quando a fazem girar no ar. Existe a mesma proibição para os homens que não sejam membros da sociedade secreta Oro.

Depois de uma permanência de 48 horas em Meko, o *alaketu* volta para Idofa de manhã cedo e oferece uma grande recepção. Todos os notáveis da região acorrem para saudá-lo e felicitá-lo por sua feliz elevação.

O rei viaja depois para o lugar chamado Kpédékpo, onde fica o mercado da aldeia de Ilikimon, perto de Meko. Lá é que, segundo a lenda, uma mulher do rei Edé teria dado à luz um menino, no primeiro dia da famosa migração para Ketu. Os habitantes de Ilikimon, ostentando seus adereços festivos, vêm saudar seu novo soberano. À tarde, parte-se para Idanhim. Daqui para frente, o rei não terá mais o direito de voltar a Ilikimon, localidade que lhe será proibida pelo resto de sua vida.

Aliás, o rei Edé, que havia considerado um bom presságio para seus planos o nascimento de um filho no decorrer da migração, havia jurado, em nome próprio e de todos os seus sucessores, que não se “quebraria” nunca a aldeia de Ilikimon e que seus habitantes não seriam jamais vítimas de um ato de violência ordenado pelo rei de Ketu. Este juramento sempre foi respeitado e, inclusive hoje em dia, os *ilaris* do rei (servidores e mensageiros que raspam a metade da cabeça) não têm o direito de proceder a qualquer prisão em Ilikimon.

Após a recepção do rei em Idanhim, o chefe da aldeia e os notáveis na frente, o cortejo vai até o lugar onde se celebra o culto do espíri-

to Okpa-Ogbo, divindade local. Procede-se, então, a libações, oferendas diversas de alimentos e sacrifícios de bodes e cabritos, como precedentemente. Em seguida, o grupo passa para o templo vizinho, simples casa de palha consagrada ao espírito Esaga Aga, bastante descuidada, como a maioria das casas sumárias que abrigam os altares dos espíritos: novos sacrifícios e novas oferendas.

O rei passa a noite em Idanhim. Na manhã seguinte, uma hora após o amanhecer, começa a série de cerimônias, ao mesmo tempo tradicionais e comemorativas, no decorrer das quais o monarca, personificando seu antepassado lendário, o rei Edé, refaz, real e simbolicamente, o trajeto percorrido no passado por seu ilustre predecessor, quando deixou a aldeia de Aro para ir fundar Ketu.

O rei, escoltado por seus ministros, seus guardas, seus *ilaris* e numerosos notáveis (que cuidam de que todos os ritos tenham sido cumpridos) e, acompanhado de uma multidão de curiosos, chega prontamente a Irokogni, onde se faz uma pausa. Sacrifício ao pé do iroko, árvore da lenda, o Iroko-Ogni, onde os jovens do grupo de Edé descobriram antigamente mel selvagem.

O cortejo parte novamente sem tardar e chega a Okpo Méta, onde a tradição localiza a casa da feiticeira Ia Mèkpèrè. Nova pausa: presentes são entregues aos agricultores que possuem campos nas vizinhanças e são tidos por descendentes de Ia Mèkpèrè. O rei vai visitar o poço das rãs e passa a noite no acampamento próximo, chamado Mèkpèrè.

No dia seguinte, pela manhã, sempre seguindo escrupulosamente o itinerário lendário do rei Edé, o *alaketu* chega enfim à pequena praça situada diante da porta de Idena, porta monumental e histórica pela qual ele vai passar para entrar solenemente na sua boa cidade de Ketu.

Em primeiro lugar, são sacrificados três cabritos em nome do rei. O primeiro é para o batente externo da porta fortificada, que é aspergida com o sangue do animal imolado. O segundo é oferecido ao espírito que deu propriedades sobrenaturais à porta e que ordenou que se colocasse uma vara atravessada no caminho da saída, a vara *kikiba*, que impede, alternativamente, a cada lua nova, o acesso a uma das metades do caminho externo. O representante qualificado da família Durossimi

lança algumas gotas de sangue sobre a vara *kikiba*. Enfim, o terceiro cabrito é sacrificado diante do batente da porta interna, também regada com sangue fresco.

Os corpos dos três cabritos são cuidadosamente recolhidos e servem para preparar imediatamente uma refeição coletiva à qual todos os homens adultos de Ketu têm o dever de assistir e, no decorrer dela, devem consumir, no mínimo, um bocado do prato preparado com os três cabritos sacrificados. Esta refeição tem o caráter de uma verdadeira comunhão e passa por provocar inevitavelmente a morte rápida daquele que, tendo participado dela, viesse a conspirar contra a segurança da cidade ou a vida do rei. Somente os muçulmanos são dispensados de assistir a esta refeição; os cabritos não foram, com efeito, sacrificados ritualmente, segundo as prescrições corânicas. Além disto, aos olhos dos muçulmanos da cidade, o sacrificador é um infiel que não pronunciou o “*Bissim Illahi*” habitual.

O rei não entra ainda em Ketu; passa a noite na casa *ilé-era*, a casa dos sortilégios, onde o ministro *era* vem iniciá-lo nos temíveis segredos que vão fazer dele um ser superior. Pode-se dizer que o rei, na casa *ilé-era*, recebe um verdadeiro sacramento mágico.

No dia seguinte, pouco depois do sol amanhecer, o rei sai da casa dos sortilégios, deixando no seu lugar o ministro *era*. Os habitantes de Ketu, com suas melhores roupas, acorrem, numerosos, para saudar e aclamar seu novo soberano. O entusiasmo popular chega ao auge quando o rei, tendo atravessado a porta de Idena e, ultrapassado a soleira interna, adentra a praça do Grande Mercado e pisa o chão da capital. O momento solene chegou: depois das homenagens dos ministros, dos chefes de bairros e dos notáveis, faz-se silêncio. O historiador, arauto oficial do rei, pertencente à família Oyédé, chamado popularmente Baba Elégun, aproxima-se. Após ter saudado o rei, anuncia à multidão reunida quais foram seus predecessores. Com voz segura, recita de uma só vez, e sem hesitar, a lista integral dos reis de Ketu, começando pelo antepassado lendário Isa-Ipasan, chefe da migração primitiva, originário da família real de Ilé-Ifè, e fundador da dinastia de Ketu. O que complica a tarefa de Baba Elégun é que ele acrescenta a filiação de cada rei. As famílias reais estão presentes e sentem-se agradavelmente

lisonjeadas quando ouvem o nome de um dos seus antepassados, altivamente proclamado pela voz retumbante de Baba Elégun. A lista integral e autêntica termina com o nome do novo rei. Aclamações espocam por toda parte: Baba Elégun não cometeu nenhum erro e a recitação das litânias reais foi impecável. Os presentes afluem: cabritos, tecidos, carneiros, garrafas, licores oferecidos pela assistência ao feliz recitante. Ele é, assim, bem pago pelos cinco dias de reclusão voluntária que consagrou a aperfeiçoar seu treino mnemotécnico. O próprio rei manda-lhe tecidos luxuosos, com os quais Baba Elégun se cobre imediatamente, sob os aplausos da assistência.

Durante três meses lunares, o rei permanece na casa dos sortilégios. Decorrido este prazo, deixa ali o ministro *era*, que vai representá-lo, para ir hospedar-se na casa chamada Ijumo, onde permanecerá por três luas novas.

Abandona depois a casa Ijumo, onde deixa o ministro *ijumo-Ketu*, para ir até a casa dita de Alalumon, construída no lugar da habitação do caçador lendário, nas proximidades do famoso iroko. Nova estada de três meses na casa de Alalumon, durante a qual vários sacrifícios são realizados em memória do caçador que conduziu o rei Edé e todo o seu clã até o iroko, à volta do qual seria construída a nova capital.

Saindo da casa de Alalumon, onde deixa o ministro *alalumon*, o rei se dirige por fim para o seu palácio de Afin. Parece que a palavra *afin* derivaria de *ifènu*, que significa “de Ifè”. O rei considera que ainda mora em Ifè e, por este nome de Afin, dado ao palácio real, ele significa que nunca deixou Ifè, antiga metrópole e berço da dinastia.

Todos os monarcas iorubás, desde o maior até o menor, do *alafin* de Oió e do *alake* de Abeokuta, até o rei dos Dassa, em Dassa-Zumé, perto de Savalu, moram num palácio que leva o nome tradicional de Afin.

Ainda não terminaram as peregrinações do rei. Falta-lhe ainda passar mais três meses numa casa inteiramente construída de palha, situada a uns cem metros do palácio e chamada *ilé-eru*, a casa das cinzas. Esta casa leva exatamente o mesmo nome dado no passado à construção específica que abrigava o alto-forno onde os iorubás fabricavam, pelo método catalão, o ferro que eles vendiam em Ilorin (Ilu-Orin: a aldeia de ferro).

Passados os três últimos meses na casa *ilé-eru*, o rei, enfim, toma posse do palácio. No primeiro dia de *assena* (a primeira sexta-feira) que se segue ao dia de sua entrada no palácio, há uma grande recepção dos ministros e a primeira sessão regular do conselho. É a última cerimônia de entronização do rei. Os ministros *era*, *ijumo-Ketu* e *alalumon* deixam as casas onde representaram provisoriamente o rei. Estas casas, completamente abandonadas, caem rapidamente em ruínas.

Antigamente, o rei precisava ainda atender a uma última obrigação ritual: o banho de purificação no riacho Orubé, córrego que passa a uns dez quilômetros ao norte de Ketu. Esta cerimônia era bastante onerosa por causa dos presentes que o rei devia dar a seus ministros, na volta do banho. Alguns reis, mais avaros do que respeitosos em relação aos antigos ritos, negligenciaram esta obrigação. Isto quase foi fatal para o rei Andè que, por volta de 1760, escapou por pouco de uma cilada armada pelos daomeanos do rei Tegbessu. Os sucessores do rei Andè ficaram felizes de encontrar no perigo que este último havia corrido um pretexto para suprimir esta cerimônia que lhes custava caro, e rapidamente passaram a negligenciar o banho de purificação do Orubè.

Somente o rei Adgbédé, quadragésimo terceiro, eleito e entronizado em 1845, pôs novamente em vigor este antigo uso. Mas este respeito pelas antigas observâncias não lhe trouxe sorte, pois morreu tragicamente treze anos depois. Ele é o último rei de Ketu que cumpriu esta última cerimônia.

Acrescentamos que um dos primeiros atos do novo rei é informar seus primos, os reis de Oió e de Ilé-Ifè, de sua elevação ao trono. Um mensageiro nobre, verdadeiro embaixador, portador do recado real, é encarregado desta notificação de cortesia tradicional. O *alafin* de Oió e o *oni* de Ilé-Ifè mandam suas felicitações ao novo eleito que, doravante, será considerado como seu irmão. Pelo mesmo mensageiro, eles enviam o presente de feliz entronização: um pano de luxo, de veludo ou de seda. Reciprocamente, por ocasião da entronização do *alafin* de Oió ou do *oni* de Ilé-Ifè, um embaixador é enviado ao *alaketu* para levar a notificação oficial; e este enviado volta para junto do seu senhor com o presente do *alaketu*: um pano de cerimônia, de seda e algodão.

Não se deve ver nestas trocas de mensagens e de presentes ne-

nhum caráter de vassalagem, mas somente uma manifestação de cortesia e a lembrança de uma origem comum.

Semelhante notificação era enviada antigamente ao *kabiessi* (rei) de Savé, ele também descendente de Isa-Ipasan. Mas o costume caiu em desuso e há um século que não se realiza mais. Os motivos do esquecimento desta notificação não são conhecidos com certeza; é permitido supor que a tomada e a destruição de Savé pelo rei de Abomé, Guezo, por volta de 1825/1830, teriam muito a ver com isto e que a antiga tradição, rompida naquela época pela morte violenta do *kabiessi* Ekosoni, não foi retomada.

Os ministros e os *oloyés* não são as únicas personagens de Ketu. A seu lado, e com atribuições diferentes, gravitam senhores de menor importância: em primeiro lugar, encontra-se situado o muito curioso *oni-oja*, o eunuco sagrado, guardião do Pequeno Mercado.

Vimos que um mercado se realizava, antigamente, a cada quatro dias, diante da porta de Idena. Hoje, os tempos estão mais calmos, não se corre o risco dos inimigos penetrarem de surpresa na cidade, e o Grande Mercado ocorre na praça interna, entre o dispensário e a porta de Idena.

Não é o único mercado de Ketu. No centro da cidade, no lugar onde a estrada que vem de Zagnanado vira em ângulo reto par o leste, levando à Residência,¹ encontra-se uma pequena praça de forma triangular, chamada *oja kekele*, o “Mercado Pequeno”.

Todas as noites, ao crepúsculo, os comerciantes instalam-se com seu banquinho, sua modesta banca e sua lâmpada rústica, a petróleo ou óleo de palma. De quatro em quatro dias, na véspera do Grande Mercado da porta de Idena, e no mesmo dia do mercado de Irokogni, realiza-se, na praça triangular, um mercado que chega ao auge pelas dez horas da manhã. No centro da praça, encontra-se o túmulo de uma anã, Ia Kekele, a mãe pequena, que antigamente morava nas proximidades. O lugar do túmulo é assinalado por uma ligeira elevação, sobre a qual as feirantes depositam cacos de cabaças e de louça de cores vivas. Não se sabe nada de muito preciso sobre a anã Ia Kekele; alguns a confundem

¹ Residência da administração colonial francesa [nota do editor].

com a feiticeira Ia Mèkpèrè; outros pretendem que ela seja de raça fon, sem perceber que seu nome é iorubá. Em todo caso, as feirantes a consideraram como a fundadora do Mercado Pequeno.

Algumas árvores, chamadas *akè*, que pertencem ao gênero *ficus*, fornecem um pouco de sombra. Conta-se, em Ketu, que, no início do século XIX, quando os egbas, assustados pelas vitórias retumbantes dos daomeanos do rei Guezo, juntaram suas cento e cinquenta e três aldeias, dispersas no vale do rio Ogun, para fundar Abeokuta, mandaram uma delegação a Ketu para tirar estacas de *akè*, que foram plantadas no grande Mercado de Abeokuta.²

No tempo dos primeiros reis, a segurança e a polícia do Mercado Pequeno foram confiadas ao ministro *igara*. Mas o rei Arogbo, vigésimo monarca de Ketu, importou para sua capital um costume muito antigo, originário da velha metrópole Ilé-Ifè e que era aplicado em várias grandes cidades dos reinos iorubás da Nigéria: Oió, Ilé-Isa, Bini... Ele encarregou um eunuco, um *aguekpã*, do cuidado de vigiar o Pequeno Mercado e de assegurar nele a manutenção da ordem.

Este eunuco, chamado *oni-oja*, proprietário do mercado (chefe do mercado), era, seja um escravo, castrado quando ainda jovem, seja um adulto, morador de Ketu ou de aldeias vassalãs, secretamente condenado à castração como castigo por algum crime muito grave, tal como lesa-majestade ou incesto. A sentença era pronunciada no conselho secreto após proposta do ministro *ijumo-Ketu*. Ela era executada em condições de mistério tão perfeitas que se tornava impossível que o condenado descobrisse as pessoas que o tinham operado. Com efeito, um belo dia, em pleno sono, provocado por uma bebida narcótica, o futuro *oni-oja* condenado era amordaçado sem o saber, bruscamente envolvido numa grande tanga, amarrado e, completamente indefeso, transportado em pleno mato por desconhecidos silenciosos. Depositado num lugar deserto, o infeliz sentia que tiravam cruelmente uma parte de seus genitais (eunuquismo incompleto). A hemorragia consecutiva era interrompida por uma hábil ligadura ou por ferro quente. O misterioso cirurgião e seus auxiliares desapareciam após terem parcialmente afrouxado

² A respeito da data e dos detalhes da fundação de Abeokutá, ver mais adiante.

as cordas que imobilizavam o infortunado, que só conseguia libertar-se depois de longos esforços.

Algumas semanas mais tarde – o choque operatório, a surpresa e a cólera, tendo tido tempo suficiente para se dissiparem ou pelo menos se atenuarem – o novo eunuco era convidado por um dos ministros, o *essiki* ou o *agara*, justamente sem titular para o cargo. Fingia-se acreditar que a triste desventura de que acabava de ser vítima era a satisfação de uma vingança individual e que era inútil tentar descobrir o autor. O mal estava feito e sem remédio. Só restava aceitar a vaga, a título de consolo. E, depois de uma resistência mais ou menos longa, o eunuco resignava-se e assumia o cargo oferecido.

O *oni-oja* era generosamente alimentado, vestido, mantido, provido de escravos, servidores e domésticos, tudo às expensas do tesouro público. Tinha o direito de tirar o que lhe agradasse das bancas do Mercado Pequeno, com a condição, no entanto, de servir-se com moderação. Era este um costume que lembra estranhamente o direito de tributar que o algoz de Paris exercia antigamente sobre os mercados da capital. Estas diversas prerrogativas faziam do *oni-oja* uma das principais notabilidades de Ketu. Fingia-se considerá-lo quase como similar ao rei, embora com algum pensamento secreto de derrisão.

O dia em que se realizava o Mercado Pequeno era um grande dia para o *oni-oja*. Ele dava, com gravidade, a volta à praça triangular, recebido com uma mistura de respeito e familiaridade, trocando até palavras obscenas com as senhoras do Mercado Pequeno.

Neste dia, o rei não tinha o direito de sair do seu palácio de Afin, pois correria o risco de encontrar-se face a face com o *oni-oja*, o que era rigorosamente proibido. Se esta desgraça acontecesse, o rei seria obrigado a voltar imediatamente para o palácio e suicidar-se, para evitar que uma série de desastres se abatesse sobre a cidade.

Mas, reciprocamente, o *oni-oja* não tinha o direito de encontrar o rei nos outros dias em que não havia feira na praça do Mercado Pequeno e, por três dias em quatro, devia permanecer cuidadosamente trancado na sua casa. Uma única infração teria provocado sua execução imediata.

É difícil fornecer os motivos exatos desta proibição. Em Ketu,

ninguém pôde dar-nos uma explicação satisfatória para esta proibição feita ao rei e ao *oni-oja* de se encontrarem, nem da pena draconiana aplicada. Talvez a intenção fosse marcar que só podia haver em Ketu uma única pessoa “real” e evitar que o encontro destes dois altos dignitários, um real e o outro simbólico, criasse um problema insolúvel.

Às vezes, uma proibição deste tipo tem uma origem bem precisa: um incidente muito conhecido, ocorrido entre duas personagens históricas, uma das quais não é forçosamente o “chefe da terra”. Por exemplo, no reino Bariba de Kuandé, situado ao norte do Daomé, o *bangana*, rei de Kuandé, não tem o direito de ver o chefe da aldeia de Niarossu. Mas é porque ele está comprometido pelo juramento que fez antigamente seu predecessor, o príncipe Uoru, que, muito mal recebido pelo chefe de Niarossu, tinha jurado em nome próprio e de seus descendentes que nunca mais aceitaria ver aquele chefe pouco hospitaleiro.

Até em Porto Novo o rei e seu primeiro ministro, o *zunon*, considerado, no caso, o chefe da terra, não se podiam ver. O rei reinava durante o dia, supunha-se que o *zunon* fosse rei durante a noite, de onde o título de “rei da noite”, dado a esta personagem pitoresca, providência dos repórteres de passagem.³ A chegada dos franceses no Daomé atenuou singularmente estas proibições, que não são mais aplicadas senão simbolicamente.

Assim é que, em Ketu, o último *oni-oja* tendo falecido sob o reinado de Adiro (1858-1868), e não tendo sido substituído, a interdição de o rei sair do palácio no dia do Mercado Pequeno caiu aos poucos em desuso. Hoje, o rei, chefe do distrito de Ketu, sai do seu palácio no dia proibido, se algum motivo sério o exige. Para deixar claro que tem, então, o direito de ser visto na cidade, ele se faz acompanhar por seu séqüito habitual. Mas permitem-se, igualmente, pequenas saídas na capital, sem motivos de serviço. Neste caso, ele não usa seu barrete de veludo bordado a ouro, insígnia de suas funções, e contenta-se em cobrir a cabeça com uma ponta de sua tanga; circula, neste caso, sem acompanhantes, como um simples particular; diríamos que o rei sai quase “incógnito”.

³ Trata-se do *zunon* Mèje, que exerceu suas funções em Porto Novo de 1905 a 1938.

Segundo Samuel Johnson (*History of the Yoruba*, 1937, Lagos, C.M.S., p. 66), existe em Oió um *oni-oja*, mas é uma mulher que, além de suas funções de sacerdotisa do culto de Elegbá e de Exu (o diabo, como o chama o bom reverendo S. Johnson), ainda tem o encargo do mercado real. Tem o direito de provar todos os produtos da região, trazidos e postos à venda ali. Usa uma roupa masculina e é no seu braço que se apóia o rei, quando vai fazer suas devoções ao espírito protetor do mercado.

Os *ilaris* (*laris*, em Porto Novo) são ao mesmo tempo servidores e mensageiros do rei. Para serem facilmente identificados como tais, levam uma metade da cabeça raspada, a direita ou a esquerda. Por causa do nascimento de novos cabelos, a cada dez ou quinze dias o cabeleireiro raspa alternadamente a metade não raspada na vez anterior. Na ocasião de sua nomeação pelo rei, sua cabeça é inteiramente raspada, depois do que diversas incisões são feitas no couro cabeludo e esfregadas com composições mágicas.

Os *ilaris* não devem levar nenhum fardo na cabeça; em Porto Novo e em Saketé, deixam, para materializar esta proibição, quatro pequenas tranças no topo da cabeça, reunidas na sua extremidade livre.

Havia antigamente um número bastante elevado de *ilaris*; já hoje a redução dos rendimentos reais não permite mais manter tantos servidores; só restam três ou quatro, tirados da família do rei, o que dispensa pagar-lhes. São somente alimentados.

Antes de terminar este quadro, pareceu-nos interessante dizer algumas palavras a respeito de dois personagens das lendas de Ketu.

Trata-se de duas mulheres idosas, duas feiticeiras, comparáveis a Ia Mèkpèrè, que deu no passado um talismã ao rei Edé, no dia da grande migração. A primeira é de sangue real, já que pertence à família Mefu: chama-se, aliás, Ia Mefu. Tinha o privilégio extraordinário de fazer chover a cada vez que punha os pés fora de casa. O clima de Ketu é seco: nenhum rio permanente corre nas vizinhanças ou nos arredores. A água é rara em Ketu, a tal ponto que inspirou o famoso dito popular, bem conhecido em todo o Daomé central: *omi d'ogni ni Ketu* (a água, em Ketu, é mel), o que deve ser entendido como “em Ketu a água dá tanto prazer como o mel em outras cidades”.

Cada vez que se precisava de chuva, faziam sair Ia Mefu: e, nas primeiras tempestades da estação das chuvas (março e abril), as crianças de Ketu ainda cantam uma velha canção:

Canção de Ia Mefu

Ahiro ojo lo um Ya Mefu já dé

Ya mi ko já dei o

Tradução

A falta de chuva fez sair Ia Mefu,

Minha mãe nunca sai.

Possuímos muito menos informações sobre a segunda feiticeira, Na Bokolo (*Na*, isto é, tia; *Ba-oko-lo*, isto é, que segue seu marido). Tudo o que se sabe a seu respeito é que tinha um pequeno cavanhaque branco que, nascera com a idade, enfeitando seu queixo.

As duas feiticeiras, personagens da lenda popular de Ketu, não morreram; desapareceram, afundando na terra que se abriu sob os seus pés. Ainda aparecem de vez em quando para alguns privilegiados.

Ia Mefu às vezes pode ser vista em meio a uma tempestade, iluminada por um relâmpago. Quanto a Na Bokolo, um grupo de atiradores⁴ desmobilizados a reconheceu com certeza em 1941, na estrada de Zagnanado, na beira da calçada de Ahrlan. O rei de Ketu, *oba* Adéwori Adégbité, avisado desta aparição inesperada e que talvez fosse presságio de algo ruim, mandou fazer nesta ocasião um sacrifício especial para Ahrlan.

Nas lendas do país ioruba, pode ser encontrado muitas vezes o tema do sumiço misterioso de um herói ou de poderosas personagens, bruscamente tragados por uma fenda do solo. Talvez seja uma maneira de dizer que não morreram e que, um dia, poderão reaparecer.

⁴ No original “tirailleurs”, soldados autóctones, recrutados pelo exército colonial francês [nota do editor].

CAPÍTULO 4 OS REIS DO PERÍODO HISTÓRICO (1748-1845)

Foi somente a partir do trigésimo oitavo rei, Ojè, que as tradições de Ketu começaram a guardar a lembrança, no início mais ou menos preciso, da duração de cada reinado. Apesar de algumas divergências quanto ao número de anos durante os quais Ojè e seus sucessores imediatos teriam reinado, e levando em consideração os interregnos, não foi muito difícil, partindo do quadragésimo sexto rei, Ognienquin, cuja elevação (13 de fevereiro de 1894), com certeza, é reconhecida remontar até o rei Ojè.

Além do mais, no decorrer do século XIX, a história de Ketu está tão intimamente associada à de Abomé que alguns eventos históricos, bem conhecidos em Abomé, nos fornecem precisões cronológicas sobre certos fatos correspondentes da tradição de Ketu. O conhecimento da data da morte do rei Guezo (dezembro de 1858) acarreta o do falecimento do rei Adegbedé, de Ketu, considerando-se que este último se suicidou no dia em que Guezo foi mortalmente ferido em Ekpo.

Operando com prudência, foi possível fixar, com um possível erro de um a dois anos, a data da eleição e a da morte dos últimos reis que precederam a chegada dos franceses. O erro é certamente maior para Ojè e seus primeiros sucessores; pode chegar a cinco ou seis anos. É com estas ressalvas que devemos receber as datas históricas que vão ser fornecidas a partir do reinado de Ojè.

O rei Ojè, o trigésimo oitavo *alaketu*, foi eleito por volta de 1748; teria reinado doze anos. Os guardiães da tradição o têm negligenciado bastante: foi esquecido o nome de seus pais e até o da família à qual pertencia. O exame do quadro, ressaltando, por família, a ordem de sucessão ao trono de Ketu a partir do vigésimo quinto rei, mostra que, durante o período que precedeu a elevação ao trono do rei Ojè, as cinco famílias reais Alapini, Magbo, Aro, Mesa e Mefu tinham regularmente contribuído, fornecendo, cada uma por sua vez, o rei de Ketu.

Hoje, nenhuma das cinco famílias se lembra de Ojè como lhe tendo pertencido. É provável que este príncipe fizesse parte de uma

sexta família real, atualmente extinta e cujo nome, inclusive, se perdeu. Não esqueçamos que o rei Edé estava em Ketu, acompanhado de nove famílias reais, descendentes de Isa-Ipasan, e originárias de Ilé-Ifè.

O rei Ojè tendo falecido por volta de 1760, era à família Magbo que chegava a vez de fornecer um rei a Ketu e, segundo o sábio costume dinástico, um príncipe foi escolhido nesta família. Foi o trigésimo nono rei de Ketu, que tomou o nome de Andè. O nome do seu pai foi esquecido; sua mãe chamava-se Adéyi. Descendia em linha direta do rei Léké.

Já no início do seu reinado, Andè correu um grande perigo. Vimos, no capítulo precedente, que a última das numerosas cerimônias e formalidades da entronização do *alaketu* consistia num banho de purificação no pequeno córrego Orubè, afluente do Uemé, que corre a alguns quilômetros ao norte de Ketu.. Sem este banho ritual, dizem que o *alaketu* não teria o direito de pronunciar uma condenação à morte.

Andè preparava-se para ir até as margens do Orubè quando recebeu, por Zagnanado, vindo talvez de um iorubá de Kana, o aviso secreto de que um destacamento de daomeanos, saído discretamente de Abomé, ia armar-lhe uma emboscada perto do local escolhido para o banho ritual, e devia capturá-lo.

O rei Andè, avisado, continuou ostensivamente seus preparativos para enganar os espíões (*agbadjigbeto*) que Tegbessu, rei de Abomé, podia ter em Ketu. A noite tendo chegado, um importante destacamento de guerreiros de Ketu foi reunido secretamente e, sob o comando de um *balogun* de grande reputação, dirigiu-se em silêncio para as proximidades do local onde devia acontecer o banho real, para preparar uma contra-emboscada aos daomeanos. No dia seguinte, pela manhã, ao nascer do sol, no momento em que a cerimônia do banho de purificação ia começar, os daomeanos atacaram de improviso o que eles acreditavam ser uma multidão desarmada. Mas, para grande surpresa deles, foram imediatamente contra-atacados por forças superiores e protegidas. A vitória das tropas de Ketu foi decisiva; apenas alguns daomeanos que tinham escapado da matança puderam fugir e levar a Abomé a notícia do fracasso total.

O rei Andè tomou então seu banho ritual em meio às aclamações. Ele gostava sempre de se vangloriar deste brilhante feito de armas, bom

ardil contra a perfídia daomeana. Os historiadores e os cantores do palácio de Afin não deixavam de inserir, em suas canções e seus elogios, a frase que dava tanto prazer ao *alaketu*: “O rei Andè mudou em sangue as águas do Orubè”.

Evidentemente, uma canção satírica foi composta nesta ocasião. Ainda é cantada em Ketu:

Canção do banho do rei Andè

I *Orô toch' oju eni odun guirô*

II *Adj'ogun akòkò, akpa wontan*

III *I Fohon e a Gun intche: "Yege igna tche"*

IV *Odjotin ogbe agu adjaba*

V *Ontcha igbo itcha*

VI *I fohon a ku tô ku afoton n'afaron maé*

Tradução

I A história que se passou sob as nossas vistas é fácil de narrar

II Na nossa primeira batalha nos os matamos todos

III Os fons, os guns gritaram: “Eh, camaradas!”

IV O dia em que a guerra entrou no banho

V Eles desmataram a floresta sagrada

VI Os fons morrerão e se arrebentarão mais de quinze vezes, mais de quinze vezes.

Esta tradução exige um comentário. No verso III, fala-se de fons e de guns. Por fon é preciso entender o povo de Gagnigon e de Kpanku, suspeitos em Ketu de terem dado aos daomeanos informações sobre o banho do rei Andè: talvez entre os cadáveres dos daomeanos teriam sido reconhecidos alguns fons de Gagnigon ou de Kpanku? Com a denominação de gun é preciso entender os próprios daomeanos, assimilados a seus primos, os guns de Porto Novo.

Em Abomé, a lembrança deste golpe inútil tentado contra o *alaketu* foi bem conservado. Uma tradição que nos relatou em 1945 o velho príncipe Aho Vovo Glele, pretende que o *gao* (general supremo daomeano) Bassonu, originário de Umbégamè, tenha assumido pessoalmente o comando. Nenhuma canção daomeana foi criada nesta ocasião e o príncipe Aho Vovo Glele acrescentou “quando a gente fracassa, não faz alarde”.

Os antigos de Ketu, quando falam do rei Andè, não esquecem de citar o dito popular: *ko kpa Ijaho, ko ta Ijaho; akpa kan di olo* (Ele não matou Ijaho; ele não vendeu Ijaho; um braço está quebrado).

Este dito popular faz alusão à cólera do rei Andè contra os habitantes do bairro Ijaho que, no decorrer de uma briga, tinham matado um irmão do rei. Andè, violento e vingativo, perseguiu durante muito tempo com seu ódio os habitantes deste bairro e mandou executar aqueles que tinham participado do homicídio. Muitas famílias de Ijaho, para escapar às represálias reais, fugiram para Meko e até para a terra dos egbas, mais a leste. Em conseqüência das execuções e do êxodo parcial, a população do bairro Ijaho tinha diminuído sensivelmente, de onde o ditado popular.

A lembrança do rei Andè permaneceu viva em Ketu. Conta-se ainda que ele possuía um talismã que o tornava invisível, o que lhe permitia misturar-se aos habitantes da cidade e surpreender, assim, suas conversas. Mas alguns velhos fornecem, a respeito da pretensa invisibilidade do rei Andè, uma explicação mais racional.

Contam que o rei Andè, muito desconfiado e temendo conspirações, sobretudo depois dos incidentes do bairro de Ijaho, procurava informar-se. Ele saía às vezes do palácio, em segredo, ao cair da noite, vestido como um homem pobre. Às vezes, para completar seu disfarce, carregava nos ombros um feixe de lenha, como fazem os agricultores quando voltam do campo. Assim irreconhecível, o rei misturava-se aos passantes, ao crepúsculo, e entabulava conversas, falava livremente do rei, tentava surpreender os sentimentos escondidos de seus interlocutores e anotava cuidadosamente as palavras de cada um. Infelizes daqueles que tinham sido imprudentes o bastante para criticar abertamente a conduta do rei com um desconhecido. Na manhã seguinte, os guardas do palácio vinham prendê-los e mais de um imprudente pagou com a cadeia, ou até com a vida, alguns momentos de conversa irrefletida a respeito do rei.

Os próprios *oloyés* não estavam ao abrigo da cólera real. A tradição relata que num dia de *assena*, quando o conselho se reunia no palácio de Afin, o rei Andè, que se tinha munido de uma pistola, obtida por intermédio de algum negociante de Egbá (Lagos) ou de Ajase (Porto Novo), atirou à queima-roupa contra um dos ministros, que caiu morto

na hora. Os outros ministros, apavorados, não ousaram mais durante algum tempo reunir-se no palácio do rei. As sessões só foram retomadas depois que o rei Andè jurou formalmente que não recomeçaria.

No tempo do rei Andè, a cidade de Meko tinha adquirido uma importância crescente que fazia prever que se tornaria em breve igual a Ketu. Ela está situada a leste de Ketu, além de Idofa, na estrada de Abeokuta. Esta cidade tinha sido fundada havia muito tempo por um agricultor de Ketu, cujo nome foi esquecido, e que tinha naquele local um terreno onde construiu um acampamento rural, habitado somente na época dos trabalhos do campo, e que se tornou o germe da futura cidade. Perto daquele campo, havia um cruzamento de vários caminhos, bastante freqüentado, onde algumas mulheres tinham estabelecido abrigos provisórios, cobertos de colmo, em baixo dos quais ficavam para vender mingau de milho, de onde o nome de Meko, dado no início à aglomeração, derivado da frase: *i mu èko*, “lá onde se toma mingau” (damos esta etimologia com as devidas reservas).

Aos poucos, uma pequena aldeia formou-se no cruzamento daqueles caminhos, constituída pelas casas e pelos acampamentos rurais dos habitantes das cidades vizinhas, Idofa e, sobretudo, Ketu. Inicialmente temporária, habitada somente de maio a novembro, a aldeia tornou-se permanente, crescendo dia a dia. Bairros novos foram construídos e seus habitantes deram-lhes os nomes dos bairros que acabavam de abandonar em Ketu. Isto explica a semelhança dos nomes dos bairros de Meko e de Ketu. Enfim, depois de várias gerações, a cidade de Meko, filial de Ketu, se tinha tornado quase tão importante quanto sua metrópole.

É ao rei Andè que é atribuída a resposta, cheia de orgulho e de espírito, que um rei de Ketu teria dado ao chefe da aldeia de Meko, que pedia autorização para usar a coroa real, o *adé*. Esse chefe de aldeia, simples vassalo do rei de Kétu, com o mesmo título que os chefes das aldeias de Idanhim, Ofia ou Idofa, e situado no mesmo plano que eles, comparou a importância de sua aldeia, em pleno desenvolvimento, com a das aldeias vassalas de Ketu. O resultado da comparação o encheu de orgulho. Ele se julgou poderoso o bastante para abandonar o simples título de chefe de aldeia e o vulgar barrete de tecido, que usam os notá-

veis de menor importância, e substituí-los pelo título de *oba* (rei) e a coroa cilíndrica de junco trançado, o *adé*, reservado aos reis. Ele enviou, portanto, uma missão a Ketu, junto ao rei, seu soberano, para solicitar a autorização de usar o *adé*.

O rei Andè recebeu muito bem os notáveis de Meko, que pediam um rei, e respondeu-lhes com toda a amabilidade possível: “O chefe da aldeia de Meko é uma personalidade de grau elevado demais para usar um velho *adé*. Que ele me mande aquele que seu pai usava; e eu lhe mandarei um novo em troca”. E a missão voltou, envergonhada, para Meko.

Desde então, certa animosidade reinou entre Meko e Ketu; devia manifestar-se abertamente cem anos mais tarde, quando o rei Adiro abandonou Ketu para refugiar-se em Meko.

O *alaketu* Andè morreu por volta de 1780, depois de um reinado de vinte anos, deixando uma lembrança bem viva em Ketu, devido a suas excentricidades. A vez da família Aro tinha chegado, portanto, para fornecer um rei; ela não tinha contribuído para a monarquia desde a época em que fornecera o trigésimo quarto rei, Embo. Um príncipe foi, então, escolhido nesta família, e ele tomou o nome de Akibiohu, filho de Ibjè. Não se conhece com certeza o nome de sua mãe. O nome Akibiohu significaria: *a kè bi Oro* (?) isto é, “sua voz é a de Oro”.

Vimos, no capítulo anterior, que, durante uma das numerosas cerimônias de que participam os reis, no decorrer da peregrinação ao templo do espírito Babá Yaki, em Meko, se realiza uma exibição secreta, à qual as mulheres estão proibidas de assistir, do rombo, cujo ronco no ar produz um som misterioso e potente. É a voz do temível espírito Oro, dizem os iniciados. E comparar a voz do rei à de Oro não seria o mesmo que dizer que, depois de eleito, o rei se tornou tão poderoso quanto este espírito temido?

Uma das primeiras tarefas que o novo *alaketu* empreendeu foi a reorganização do seu exército. Em princípio, havia em Ketu uma milícia por bairro, comandada por seu próprio *balogun*. Isto resultava em quinze milícias, já que havia quinze bairros: Idena, Massafè, Ijabo, Iradigban, Isako, Ijiba, Odi, Aro, Osè, Aguidigbo, Dagbanji, Iguiolu, Idajè, Asubi e Ita-Oba. Mas o bairro muito importante de Massafè, onde

reside a maioria dos muçulmanos da cidade (muitos deles são ricos negociantes), fornece por si só duas milícias: a dos muçulmanos e a dos “fetichistas”. Havia, portanto, um total de dezesseis milícias, cujo efetivo era variável, entre cem e quinhentos soldados.

Cada milícia tinha o seu chefe: o *balogun* (*iba l’Ogun*, “chefe de guerra”), eleito pelos próprios soldados e escolhido entre os guerreiros mais admirados. Isto era apenas um começo de organização.

Os guerreiros da milícia tiveram doravante que manter suas armas em boas condições e receberam um aprovisionamento suficiente de pólvora e de projéteis. Um armazém público foi criado para estocar reservas de material militar: espingardas, pólvora, projéteis (grosseiras balas de ferro), facões, armas brancas. Relações comerciais duradouras foram mantidas com os negociantes de Porto Novo (Ajase), de Badagri e de Lagos (Eko), para o fornecimento de pólvora e de espingardas.

Estas medidas de precaução não eram inúteis diante do poderio militar sempre crescente do reino fon, de Abomé, que não parava de fazer guerra a seus vizinhos. Bem recentemente, os comerciantes do bairro de Massafê tinham espalhado o rumor da destruição de Badagri, das aldeias do Uemé e do massacre de seus habitantes. Quem podia provar que eles não viriam um dia atacar Ketu? A lembrança da tentativa abortada contra o rei Andè estava ainda em todas as memórias. Enfim, para coroar as reformas militares, o *alaketu* e seus ministros fizeram eleger, pelos dezesseis *baloguns*, um *oba balogun*, general que teria o comando de todo o exército.

Os acontecimentos não demoraram em justificar a prudência de Akibiohu. Depois da destruição e da pilhagem de Krukruhunto, em 1788, o rei Kpengla tinha dito, na frente do seu palácio, na ocasião da exibição do botim: “Isto era apenas uma pequena guerra; aquela que estou preparando será bem mais importante, e ouvirão falar dela em breve”.

No início de 1789, assim que terminaram as cerimônias dos Costumes anuais, o exército de Abomé foi mobilizado; espingardas e barris de pólvora foram transportados para Abomé; compraram-se todas as armas que foi possível encontrar em Uidá. Estes preparativos provocaram alguma emoção e o rei deu a entender que ele ia levar a guerra para o país dos popos, que, dizia ele, ameaçavam atacar Uidá. Ele declarou

até aos governadores dos fortes de São Luís, William e São João Baptista, que, dentro de pouco, teriam a ocasião de vê-lo pessoalmente em Uidá.

Como naquele momento Abomé e Grande Popo estavam em relações e nenhum preparativo visível acontecia por lá, foi impossível adivinhar que país aquele imponente exército ia atacar.

Segundo A. Dalzel, antigo governador do forte William de Uidá, de 1762 a 1766, depois governador dos estabelecimentos ingleses da Costa do Ouro, em Cape-Coast, o alvo visado era Ketu, “o país onde se tecem belas tangas de algodão, tingidas de vermelho”.

A cidade de Ketu, sendo cercada de um largo fosso e de duplas muralhas, os habitantes, desconfiando do *gau*, gritaram-lhe do alto de suas fortificações, que a grande porta (Idena) estava aberta para recebê-lo. O general não gostou desta brincadeira e, por enquanto, contentou-se em pilhar as fazendas da vizinhança. Pouco depois, tendo sido alcançado pelo grosso do exército, reuniu todas as suas forças e preparou-se para iniciar o assalto geral à cidadela. Mas, antes de atacar, ele simulou uma retirada, o que atraiu o inimigo para fora dos muros, para persegui-lo. Ele deu então meia volta e, atacando furiosamente, fez uma horrível chacina, matando ou capturando a maioria dos sitiados.

Dois mil prisioneiros e um grande número de cabeças foram o resultado da vitória. Os cativos foram levados em triunfo para Abomé; foram degolados nove décimos a sangue frio, e duzentos dentre eles foram somente vendidos como escravos.

Tal é a versão de A. Dalzel, que nos transmite a tradição ordinária de Abomé. A de Ketu é bem diferente.

No início de 1789, o rei Kpengla enviou seu exército para devastar a cidade de Iwoyè, situada a uns quinze quilômetros de Idanhim, na margem esquerda do rio Yewa, e situada hoje na Nigéria. Esta cidade, importante, terra de origem da mãe de um rei de Ketu, gozava de um privilégio especial, do tipo daquele da aldeia de Ilikimon. Era um lugar de asilo e o *alaketu* não podia proceder nela a nenhuma prisão. Iwoyè, atacada de madrugada, foi assaltada. Depois da matança geral dos mais velhos, sem valor comercial, o exército de Abomé, levando numerosos cativos, tomou o caminho de volta. A presença do exército daomeano não passou despercebida na região. Em Ketu, o alarme foi grande: a

sorte infeliz da aldeia de Iwoyè foi rapidamente conhecida. A aproximação dos daomeanos, no caminho da volta, dirigindo-se para o sudoeste, para passar o Uemé no vau de Ahrlan, fez os habitantes de Ketu, muito impressionáveis, acreditarem que sua capital ia ser atacada. O exército de Ketu, mobilizado desde o início do alerta, partiu corajosamente ao encontro do inimigo que desfilava ao norte da cidade. Daomeanos e iorubás encontraram-se logo face a face, e a batalha ia começar, quando dois acontecimentos extraordinários impediram um encontro que parecia inevitável.

Um elefante, gravemente ferido pelos caçadores do Okpara, levando ainda duas ou três lanças enfiadas nos seus flancos, aproximou-se, cambaleando, passou entre os dois exércitos, caiu, e não tardou a expirar. A atenção geral dos guerreiros foi assim desviada e todos viram no fato um presságio enviado por algum espírito e fácil de se interpretar. Não estaria anunciando a morte iminente de uma alta personalidade, o rei de Abomé, ou o *alaketu*, que se seguiria à batalha?

No mesmo momento, sobreveio um eclipse de sol. O dia escureceu progressivamente e, quando os tambores de guerra faziam silêncio, os das aldeias dos arredores batiam com toda a força para encorajar o brilhante astro do dia, na sua luta contra a massa negra que queria obscurecê-lo. Dois fenômenos parecidos, no mesmo instante, eram demais para os nervos dos guerreiros presentes, que talvez não tivessem tanta pressa de passar às vias de fato, e os daomeanos, em particular, não por falta de combatividade, mas porque estavam atrapalhados com seus dois mil cativos.

Os adivinhos, babalaô e *bokono*, também contrários a um encontro que se anunciava como muito desfavorável, ordenaram a retirada, e os dois exércitos afastaram-se um do outro sem terem combatido.

Claro que cada um dos adversários se vangloriou mais tarde de ter posto o outro em fuga. As tradições de Ketu relatam que o rei Akibiohu, poderoso feiticeiro, tinha provocado este eclipse solar por seus encantamentos e que os daomeanos tinham sido mergulhados na escuridão, enquanto os iorubás continuavam a enxergar.

Le Herissé (pp. 307-308) dá uma versão diferente desses acontecimentos; não menciona nenhuma intervenção do exército de Ketu e

sua descrição do fenômeno evoca antes um halo solar que um eclipse. Mas, em Abomé como em Ketu, ficou a lembrança do elefante que veio abater-se entre os dois exércitos.

Nem as tradições de Abomé, nem as de Ketu mencionam que Kpengla teria “quebrado” a capital iorubá.

O rei Akibiohu faleceu por volta de 1795. Chegou, assim, a vez da família Mesa dar um rei a Ketu. O conselho dos ministros escolheu nela um príncipe, filho de Orubu e de Asabo, que descendia em linha direta de Osuyi, trigésimo terceiro rei. Ele tomou o nome de Ajibolu – nascido com todas as honras – o que deve ser compreendido como nascido durante a vida do seu pai e de seus dois avós.

Seu reinado, que durou vinte e um anos (1795-1816) foi bastante calmo. As tradições locais só relatam sobre o rei Ajibolu a história muito simples de uma tentativa de secessão, provocada por um dignitário de Idanhim, chamado Ogu Odubu. Esta personagem turbulenta tinha provocado certa agitação nas aldeias de Idanhim, Ilikimon e Iselu, que falavam em se separar do reino de Ketu para formar um grupo independente. Ogu Odubu, perseguido pelos *ilaris* do rei, refugiou-se entre os *hollis*, em Isede, perto de Pobé. E a calma voltou: Ajibolu negociou com o rebelde e fez dele um fiel apoio do reino, nomeando-o *essiki*, segundo ministro (ministro da esquerda).

Ajibolu, quadragésimo primeiro rei de Ketu, faleceu por volta de 1816.

Chegara finalmente a vez da família Mefu. Em previsão deste acontecimento, a família real, esperando que qualquer dia o conselho dos ministros lhe pediria um rei, tinha mandado criar longe de Ketu um jovem príncipe que se dedicava simplesmente à agricultura. Chamado de urgência para Ketu, pelo chefe da família, ele foi imediatamente saudado pelo título de *oba* pelos ministros reunidos. O jovem príncipe, filho de Orubu e de Abudo, para mostrar que julgava que o ofício de rei era mais difícil que o de agricultor, escolheu por nome: Adebia: *a dé bi ya* (nós chegamos à dificuldade).

Seu reinado foi quase tão calmo quanto o do seu predecessor. Apenas ficou marcado por numerosas incursões de bandos armados

que, vindo do leste, do país Bariba, devastaram os acampamentos rurais e pilharam as pequenas aldeias dos arredores de Ketu.

As tradições de Ketu atribuíram aos iorubás de Ibadan as devastações cometidas por esses saqueadores, que teriam sido conduzidos por Ajahi Ogboriéfon, o famoso *balogun* de Ibadan. É um erro. Ajahi Ogboriéfon morreu em 7 de abril de 1879 (S. Johnson, p. 438), provavelmente com a idade de 55 a 60 anos. Ele acabava de nascer quando os saqueadores assolaram os arredores de Ketu; é verdade que, em 1877, ele veio duas vezes devastar os acampamentos rurais da região de Abeokuta (S. Johnson, pp. 416 e 420). É talvez daí que se originaram a confusão e o anacronismo consecutivo. Relendo com cuidado o trabalho do pastor S. Johnson, é possível reencontrar sinais destes bandos de ladrões que avançaram até as proximidades de Ketu.

Por volta de 1821, estourou uma guerra civil no coração do país iorubá: os povos ifès e ijebus, ajudados por numerosos bandos de guerreiros vindos de Oió (o reino de Oió estava em plena anarquia), declararam a guerra ao povo Owu. Os owus defenderam-se com coragem; acabaram por sucumbir sob o número de seus inimigos, depois de sete anos de luta. Sua capital, Owu, foi arrasada. Depois da vitória, os principais chefes iorubás voltaram para casa. Mas numerosos bandos de guerreiros, bastante indisciplinados, permaneceram no campo de Idi-Ogungun, a oeste de Owu. Não tendo para viver mais do que a pilhagem e a guerra, esse exército meio desmobilizado atacou os egbás da região central, suspeitos de terem secretamente ajudado os owus. Numerosas incursões foram realizadas nas duas margens do rio Ogun, em país Egbá. Bandos de salteadores conseguiram até chegar aos territórios do reino de Ketu. São esses bandos que perturbaram os súditos do rei Adebia (S. Johnson, pp. 210 e 223).

As tradições locais não relembram outros acontecimentos marcantes com referência ao reino de Adebia, quadragésimo segundo rei de Ketu. Ele morreu por volta de 1845. O primeiro europeu que esteve em Ketu foi o reverendo Gollmer, que visitou a cidade em 1835 (Talbot).

Agora, era a vez de a família Alapini dar um rei a Ketu. Ela apresentou um príncipe, filho de Asunu e de Ohuéyi, que escolheu o nome de Adégbédé. Este quadragésimo terceiro rei de Ketu ia inaugurar uma

série de três reis que teriam um fim trágico. Foi com a morte, bastante extraordinária, do rei Adégbédé, em 1858, que terminou o período no qual a história de Ketu pôde ser estudada, no presente trabalho, independentemente da história do reino de Abomé. Até esta data, as relações entre daomeanos de Abomé e iorubás de Ketu restringiram-se a algumas escaramuças sem conseqüências, golpes desastrados sob o rei Andè, por volta de 1760, e o encontro frustrado diante de Ahrlan em 1784.

Um novo período vai começar com a morte de Guezo, em 1858, morte que vai acarretar, no mesmo dia, a morte também de Adégbédé. No decorrer deste novo período, os destinos dos dois reinos vão ficar tão misturados que será difícil expô-los separadamente. Serão estudados na terceira parte deste trabalho.